

DA NEGRITUDE AO BRANQUEAMENTO: COMO A MÍDIA GERA E MANTÉM FORMAS DE APAGAMENTO DE UMA RAÇA

Anna Alleska Silva Santos¹

Thalita Carla de Lima Melo²

Psicologia



cadernos de
graduação

ciências humanas e sociais

ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

Compreender a arte como mecanismo de resistência e reexistência requer analisar a forma como cada grupo social avalia sua representação por meio desta. Se tratando de grupos tidos como minorias (não no sentido quantitativo, mas no tocante das predileções estruturalmente instauradas), a maneira como a arte é percebida e a valoração atribuída são indicativos para carências de modificações sociais. No caso da negritude, sendo os estereótipos marcas transgeracionalmente perpetuadas e entendendo as produções midiáticas como produção de arte, chega-se ao binarismo da possibilidade de autorrepresentação e identificação dos afrodescendentes com o que está sendo exposto e o fortalecimento de imagens estereotipadas e que invisibilizam suas singularidades e a trajetória de sua raça. Para essa compreensão, foi realizada pesquisa bibliográfica sistemática e fundamentou-se também nos resultados parciais encontrados na pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC), que está em andamento, cujo tema versa sobre a Estética Afro-diaspórica, fazendo análise da auto representação dos negros nas artes visuais contemporâneas no Brasil. Com os resultados da pesquisa, percebe-se que, mesmo havendo aumento da participação de negros e pardos na mídia de massa e em outros meios artísticos, os espaços ocupados são os mais desprivilegiados e que não possuem destaque (ex.: figurantes e escadas), apontando para a distância que ainda há até a Democracia Racial Brasileira. Outrossim, alternativas que promovam a aproximação da branquitude (beneficiada pela manutenção das estruturas racistas) da luta travada pela negritude são alternativas para a afetação rumo à mudança.

PALAVRAS-CHAVE

Negritude. Estereótipos. Mídia Brasileira. Branquitude; Racismo.

ABSTRACT

Understanding art as a mechanism of resistance and reexistence requires analyzing the way each social group evaluates its representation through it. In the case of groups considered as minorities (not in the quantitative sense, but in terms of structurally established predilections), the way in which art is perceived and the valuation attributed are indicative of the lack of social changes. In the case of blackness, stereotypes being transgenerationally perpetuated brands and understanding media productions as art production, the binarism of the possibility of self-representation and identification of Afro-descendants with what is being exposed and the strengthening of stereotyped and invisible images its singularities and the trajectory of its race. For this understanding, systematic bibliographic research was carried out and was also based on the partial results found in the research of the Institutional Program for Scientific Initiation Scholarships which is in progress, whose theme is about Afro-diasporic Aesthetics, analyzing the self-representation of black people in contemporary visual arts in Brazil. With the results of the research, it is clear that even with an increase in the participation of blacks and browns in the mass media and other artistic media, the occupied spaces are the most underprivileged and have no prominence (eg: extras and stairs) pointing to the distance that still exists until the Brazilian Racial Democracy. Furthermore, alternatives that promote the approximation of whiteness (benefited by the maintenance of racist structures) of the struggle waged by blackness are alternatives for the affectation towards change.

KEYWORDS

Blackness. Stereotypes. Brazilian Media. Whiteness. Racism.

1 INTRODUÇÃO:

O presente trabalho resulta de conclusões parciais da pesquisa de iniciação científica "Estética Afro-diaspórica: a análise da auto representação dos negros nas artes visuais contemporâneas no Brasil" do Centro Universitário Tiradentes (UNIT/AL). Há quem diga que a arte não deve se tornar agente normalizador e moralista, entretanto não se pode desconsiderar sua contribuição para a consciência crítica individual e coletiva, uma vez ainda que os estereótipos discutidos redundam na reafirmação de preconceitos que a sociedade tem destinado aos que não passam teste de branquitude.

Estudos, no Brasil e no mundo, apontam o racismo e a discriminação racial como a explicação mais sólida para as desigualdades raciais no Brasil (HASENBALG, 1979; GUIMARÃES, 1999; ANDREWS, 1998; SKIDMORE, 1976; TELLES, 2003; BENTO, 2002), isso porque as desigualdades raciais são perpetuadas e consolidam ainda mais a superioridade (simbólica e material) da branquitude, como também invisibilizam os que estão em detrimento desta parcela.

Schucman (2012) deixa claro por meio de seus estudos que há insistência da branquitude em adotar justificativas da desigualdade racial no tocante da suposta hierarquia biológica e cultural onde o branco sobressai às demais raças e suas formações históricas.

Recentemente, percebeu-se que algumas evoluções têm acontecido, em livros didáticos, por exemplo, afrodescendentes têm sido representados em contextos de trabalho mais diversificados e de maior poder aquisitivo, além de estarem em contextos familiares. Houve também diminuição de posições subalternas e estigmatizadas, apresentando crianças negras na escola e em momentos de lazer, maior interação com outras etnias, centralização da imagem do negro no centro da página.

Contudo, é carecido pôr em xeque que o ato de existir um maior número de afrodescendentes nas mídias de massa (jornais, novelas, filmes, programas) não significa que está havendo avanço rumo à democracia racial e aos espaços de ocupação, uma vez que projetos de Lei como o nº 4370/98 determinam a obrigatoriedade da participação de afrodescendentes na mídia de massa e demais produções artísticas. Nota-se que o termo empregado aqui é “participação”, não se restringindo a obrigatoriedade de cumprir o que é instituído com aparições (ACEVEDO, 2008).

Por isso, investigar como a mídia tem influenciado positiva e negativamente na instauração e manutenção das estruturas racistas e estereotipadas que compõem a realidade social brasileira, bem como o modo no qual a arte funciona como mecanismo de resistência e reexistência para os sujeitos historicamente excluídos, marginalizados e invisibilizados pode atuar no tocante de problematizar essa caracterização para levar a branquitude a se movimentar à contemplação de seus privilégios e os benefícios que o sistema desigual promove para a mesma no reconhecimento de sua responsabilidade sobre o racismo.

2 MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica sistemática. Foram pesquisados os descritores (negritude; estereótipos; mídia brasileira; branquitude; racismo) nas bases de dados SCIELO, PORTAL CAPES, GOOGLE ACADÊMICO, CLASE e SocINDEX. Além disso, fundamentou-se a construção da discussão do artigo nos resultados parciais encontrados decorrentes da pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC), que está em andamento, cujo tema versa sobre a Estética Afro-diaspórica, fazendo análise da autorrepresentação dos negros nas artes visuais contemporâneas no Brasil.

3 DISCUSSÃO

3.1 A NEGRITUDE NO BRASIL

O Brasil, um país altamente miscigenado da América do Sul, se caracteriza pela grande diversidade de etnias que compõem sua população, em geral, etnias que se desdobram a partir da mistura de raças, como os indígenas (índios), os africanos (negros), imigrantes europeus (brancos) e asiáticos (BRITO, 2016).

A miscigenação não reflete somente no fenótipo dos sujeitos, mas está intrinsecamente ligada à formação cultural, religiosa, moral e ética, uma vez que esse processo traduz a mistura de duas raças que, além de suas singularidades genéticas, se distinguem quanto a construção de suas histórias, identidades e valores.

É lógico pensar que as atuais classificações podem ser pensadas como já contendo outras subdivisões, compreendendo que nossa nação é constituída por diversas raças e que estas se constituíram a partir de outras anteriores, como, por exemplo, a parda que é uma categorização que não existe em alguns países (BRITO, 2016),

Segundo o IBGE (2014), a autodeclaração é primazia na classificação de raças e cores. A cor está diretamente conectada ao fenótipo que é característico de determinada raça, a qual se liga diretamente à classificação de ordem social (SANTOS *et al.*, 2010). E, pensando no cenário atual onde se põe em pauta alguns processos discriminatórios (ex.: homofobia, racismo etc.), percebe-se que ainda há certa relutância, ou mesmo desconhecimento, do que é ser negro, branco, pardo, amarelo ou indígena no país. Este indicativo permite, brevemente, pensar que, uma vez sendo delicada a classificação, seriam mais aceitas e igualmente respeitadas as distintas etnias.

Neste sentido, para se pensar em tipos de negritude, é preciso compreender ao que se refere este termo. Para Moura (1983) negritude, além do ser negro, é a sua afirmação como o sendo, apresentando consciência e orgulho da história e cultura que os negros construíram, é também uma questão política, de posicionamento.

É necessário visualizar os impasses que foram encontrados rumo ao alcance de uma negritude alinhada com as características e percepções dos povos negros e como foram exigidos esforços para tentar superar a concepção europeia de negritude e seus reflexos nos movimentos brasileiros. Moura (1983) esclarece que a negritude foi estabelecida no Brasil para fins, não de luta e conquistas de direitos e visibilidade prioritariamente, mas, sim, como fronteira ideológica que separava a elite negra e a massa negra marginalizada.

Foi somente a partir da transformação da negritude em um conceito que abrangesse as problemáticas que aflige os negros das diferentes classes e nacionalidades, se fazendo flexível e em constante aprimoramento, traria à luz esperanças de um mundo novo e civilizatório, acometendo, inclusive, num povo negro novo e consciente. A partir daí surge uma ideologia de vida que pode orientar a construção de conhecimento sobre as lutas e das minorias, para além da população negra, reconhecendo suas desvalorizações.

Durante algum tempo, não se conseguia unir as reivindicações à lutas políticas. Isso acontecia porque, no Brasil, se tornou a negritude europeia estagnada e pertencente a uma elite negra. Alguns nomes como Abdias do Nascimento e Solano Trindade não mediram esforços em busca da popularização da negritude (MOURA, 1983).

Com auxílio da mobilização da própria parcela que estava sendo esquecida, em busca de sua identificação e representatividade, a negritude aristocrática caiu. A atual juventude e seus processos de reconhecimento com figuras socialmente importantes exemplificam a coerção que os veículos de imprensa e comunicação sofrem em oportunizar espaço aos seus semelhantes.

4 INSTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO RACISMO NO BRASIL

4.1 A NOÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS

Os estereótipos se configuram, segundo Newman (1975 *apud* BIROLI, 2011), como simplificações que facilitam a emissão de resposta frente a uma situação nova, diminuindo a possibilidade de variações no repertório, então seriam a previsibilidade dos comportamentos de atores sociais e a definição de papéis sociais. Outra forma de compreendê-los é como uma representação falsa e distorcida do real, na qual haveria uma delimitação concreta entre estereotipia e realidade. A discussão se problematiza ainda mais quando se acresce o fato dos estereótipos serem a representação da realidade internalizada subjetivamente pelos sujeitos.

Nesse sentido, uma fala equivocada dizer que os estereótipos são oposições da realidade, e por isso não podem ser tomados como formas de personalidade e caráter disruptivas ou irreais, uma vez que são esses que contribuem na formação do inconsciente coletivo e atuam na codificação de papéis e comportamentos. Assim, falsear os estereótipos seria negar sua influência sobre o modo como as pessoas se comportam. A forma mais assertiva de compreendê-los é pela mutualidade entre realidade e estereótipos, uma vez que se alimentam um do outro.

Segundo Biroli (2011), a noção dos estereótipos como artefatos ideológicos se sustenta pela característica daqueles de serem formas de codificação da realidade, instrumentalizados para atuar na legitimação da ordem social vigente. Importante destacar que não são somente os grupos dominantes são propagadores das estereotipias, a subversão das hierarquias faz parte da dinâmica de produção e reprodução social dos estereótipos.

Os estereótipos podem atuar na confirmação das relações de poder ou na evidenciação de que as percepções desse sistema são feitas pelo grupo dominante e o dominando podem ser destoantes. Contemplando também os diferentes espaços que são ocupados pelos dois grupos nas representações de suas convicções. Surge, então, o questionamento sobre a noção de falsa consciência por parte dos privilegiados através dessa organização social.

A ideia da inevitabilidade da propagação dos estereótipos e da hegemonia na mídia não mais deve ser aceita pelo fato de que há tipificações alternativas a serem

feitas a partir de diferentes leituras sociais, levando em conta as desigualdades que existem entre os grupos na produção, circulação e valorização desses materiais, uma vez que aqueles que estão na mídia de massa têm alcance e peso muito maior do que os produzidos e divulgados em outros espaços.

A aceitação da ideologia nos estereótipos se dá pela impressão de versões da realidade social que eles imprimem, compatível com o real o suficiente para que não seja imediatamente rejeitada (Eagleton, 1997). O problema transmuta quando se coloca essas versões como universais, não sendo passível de análise, o que embasa os estereótipos. Assim, toma-os como imagens de caráter descritivo.

Hall (1997) distinguiu os “tipos” dos “estereótipos”, citando que os tipos são características que organizam o mundo social em classificações não fixas, já os estereótipos são simplificações exageradas, baseados na lógica da essencialização, reducionismo, naturalização das diferenças e formação de oposições binárias. Além disso, essa simplificação, que vai de encontro ao que é enaltecido pela cultura, impede a consciência crítica sobre os papéis sociais destinados aos grupos, papéis esses que envolvem relações de poder e binarismo: negros e brancos, homens e mulheres, etc. O autor sugere ainda que em sociedades em que as desigualdades sociais são mais marcantes os esquemas representativos são mais presentes.

4.2 COMO A MÍDIA BRASILEIRA PRODUZ E ALIMENTA ESTEREÓTIPOS SOBRE A POPULAÇÃO NEGRA?

Sodré (2006) define a mídia como mecanismo de direcionamento e/ou de criação de subjetividades no homem. Nessa fala, põe-se em xeque uma nova forma de vida constituída no contexto contemporâneo, onde recebe a nomeação de “bios midiáticos”. Esse bios molda e conduz as subjetividades, relações interpessoais, culturais e afetivas, fazendo-as dependentes das informações fugazes que a tecnologia proporciona.

Os novos meios de comunicação midiáticos (ex.: e-mail, Facebook, Skype e Whatsapp) puderem ressignificar algumas formas de relacionamento antes bem estabelecidas, criaram redes sociais que se caracterizam pelo envio de mensagens e troca de curtidas, puderam encurtar distâncias, criar cenários para discussões de temas politicamente relevantes, validar culturas e participação social por meio da exposição de opiniões.

Uma vez concebendo a ideia de que esses veículos de comunicação de propagação de informações são alicerces dos processos identificatórios e de subjetividade, como os coletivos e outros movimentos sociais negros têm encontrado referências realísticas e assertivas para seu próprio processo de formação e reconhecimento frente as estereotipações que a negra (e o negro) é exibida nesses locais? (SODRÉ, 2006).

A mídia brasileira tem se ocupado da propagação de representações unilaterais e homogêneas da realidade trazidas como o que é relevante ou mesmo a forma correta de ser, a visão tipificada da realidade social. Nascimento (1989) justifica esses aspectos pela disputa que existe entre distinguir a verdade e a opinião, buscando alcançar a primeira e para isso transformando opiniões individuais em opiniões gerais e universais.

Por isso, uma grande quantidade de informações apresentadas na mídia não é parâmetro de diversidade e, para caminhar rumo à superação de preconceitos e estereótipos, a compreensão de como estas informações estão sendo selecionadas e interpretadas pelo público é necessária. Uma vez sendo ocupada por abordagens homogêneas, há a naturalização de determinadas visões em detrimento de outras. A mídia não pode controlar a formação de pensamentos e opiniões no público, mas orienta sobre o tema que eles pensam quando enaltece o que julga relevante (BARRETO; CECCARELLI, 2017). Estabelece-se, assim, uma relação entre o que é destacado pela mídia e o que é importante para o público.

As produções midiáticas têm se ocupado de reservar papéis de destaque e prestígio aos artistas que compreendem o padrão europeu: branco, homem, heterossexual e de classe socioeconômica estável. Enquanto os negros e outras minorias ocupam funções de “escadas”, fazem propagandas de produtos baratos e relacionados à etnia, representam o sambista que mora na favela ou o bom garoto que se envolveu com o tráfico de drogas. No caso de mulheres negras, para além do preconceito racial, se acresce o de gênero, justificado pela quantidade de personagens negros do sexo masculino que é consideravelmente maior do que a de mulheres negras no cinema brasileiro, acentuando a desvalorização da ocupação feminina no meio.

Segundo Ceccarelli (2008), em 1960, com a largada das produções artísticas na televisão brasileira, os estereótipos já marcavam a aparição de negros no meio midiático: a marginalização social e econômica, a sexualização de seus corpos, a negação de sua afetividade, a subestimação de suas capacidades para além da força braçal caracterizavam o típico afro-brasileiro da favela, que é o dito “chão de fábrica”, curte uma roda de samba e tem um filho que sonhou em ser jogador de futebol um dia, mas precisou trabalhar desde novo para ajudar a família e não teve oportunidade ou mesmo se envolveu com o crime e esqueceu a criança sonhadora que um dia foi.

A partir das mobilizações rumo ao reconhecimento das estruturas racistas e estereotipadas que ocorreram lentamente ano após ano (CECCARELLI, 2008), imagina-se que, atualmente, as artes iconográficas a nível nacional e internacional teriam superado a forma estereotipada de apresentar os pretos e pardos nas suas produções. Entretanto, diferentemente dessa expectativa gerada, reconhece-se a continuidade escancarada e atualizada de inferiorização do negro, mesmo em realidades utópicas como filmes, séries e novelas.

No ano de 2020, a Netflix lança a série “Por trás de seus olhos” que rapidamente entra para o ranking das 10 mais assistidas no Brasil. A série narra a história fictícia de um casal heterossexual branco, de classe socioeconômica alta, onde o parceiro é médico psiquiatra e sua esposa dedica seus dias a ler livros e tomar sol na piscina de sua mansão, como também a ir à academia, sauna e cuidar da estética. Nesse contexto, surge Louise Barnsley, mulher negra, de classe socioeconômica baixa, mãe solteira e que trabalha como secretária. Logo no primeiro contato, seu chefe, o psiquiatra, desperta atração sexual pela sua subordinada, o que leva os dois a manterem um romance escondido, mesmo a secretária se tornando amiga da esposa de seu superior e ganhando cortesias por ela para lugares sofisticados que ela frequenta.

Mesmo não sendo uma produção brasileira, ela chegou a ser a número 1 do catálogo de produções disponíveis do serviço de transmissão on-line a ser assistida. Alinhado com o pensamento de Ceccarelli (2017), as produções midiáticas são produtoras e mantenedoras de pensamentos, podendo funcionar, inclusive, como reflexo social da cultura. É neste escopo onde se caracteriza o racismo e machismo velados, traduzindo, mais uma vez, a mulher negra como alguém de um relacionamento amoroso, em trabalho pouco valorizado (inclusive monetariamente), como também viciada em nicotina.

Sobre os estereótipos, questiona-se: a perpetuação acontece pela falta de reconhecimento dos protagonistas de sua existência? Há como desenvolver sensibilidade para percebê-los no cotidiano? O fato de percebê-lo acarreta na afetação emocional e, conseqüentemente, na movimentação para mudança?

4.3 POSICIONAMENTO DA BRANQUITUDE FRENTE AO RACISMO

Em toda organização social em que há uma estruturação desigual, há um grupo opressor e outro, oprimido. A fim de compreender o segundo, é preciso passear pelo primeiro: como se estabelece socialmente, como se fortalece, o que o mantém na posição de privilégio e prestígio social, sua responsabilidade com a manutenção da preterição para com o outro grupo.

Foi somente a partir dos anos 1990, nos Estados Unidos da América, quando passou-se a tomar uma abordagem diferente nos debates sobre raça e racismo. Se antes o alvo dos estudos eram os discriminados e invisibilizados, naquele momento começaram a questionar como o grupo favorecido tinha chegado e como se mantinha ali. Para essa investigação, empregou-se o termo “branquitude” (SCHUCMAN, 2012).

Se os brasileiros, nativos de um país altamente miscigenado e marcado pela diversidade cultural e étnica ainda não conseguem sentir afetação emocional com a invisibilidade e esquecimento dado a parcela populacional que, hoje, compõe cerca de 54% da população geral da nação (IBGE, 2014)³, os afrodescendentes, deve-se atentar aos impasses geradores e decorrentes dessa característica social.

O *Big Brother* Brasil (BBB), reality show onde pessoas ficam confinadas em uma casa sem contato com o exterior, em sua edição do ano de 2021, levantou a discussão sobre racismo e estereótipos a partir da fala de um dos participantes (fenotipicamente branco) para com outro (autodeclara-se negro) ao comparar seu cabelo blackpower com uma peruca de um personagem do tempo dos homens das cavernas, a qual representava um cabelo despenteado, sujo, mal cuidado e com pedaços de ossos entre os fios. Uma vez apontado o quanto a suposta brincadeira foi incabível e estereotipada, houve a tentativa de deslegitimação pela parte branca sobre a emoção despertada na parte afetada.

³ É o último dado estatístico publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística até agosto de 2021 que consta a porcentagem populacional de afrodescendentes no Brasil.

Além da deslegitimação, ocorreu a justificação com os argumentos de que, (1) em seu Estado, culturalmente, é comum fazerem brincadeiras sobre isso e as pessoas negras não se sentem ofendidas, (2) e que seria melhor se os pretos ensinassem mais aos brancos sobre o que é ou não assertivo a se falar e fazer a respeito das questões raciais.

Os respaldos utilizados pelo branco elucidam que, mesmo quando a branquitude tem uma fala ou posicionamento inadequado sobre as questões de raça, a mesma ainda busca responsabilizar a negritude por suas falhas. No caso exemplificado, o branco ainda apresenta seu cabelo alegando que não é liso (como é esperado que o cabelo de um branco seja) e do argumento de que seu pai e uma de suas tias, que convivem com ele, são pretos, para alegar que sua expressão não se caracterizaria como sendo de cunho racista.

A tentativa de se colocar como igual e apresentar que também não usufrui dos privilégios que o fenótipo europeu proporciona permite contemplar a negação de privilégios e da posição de poder para atuar na manutenção das estruturas desiguais e discriminatórias. Maria Aparecida Bento atribui o termo “pacto narcísico” para nomear essa negação do racismo e a isenção da responsabilidade sobre sua manutenção (BENTO, 2002).

O mito da Democracia Racial Brasileira (BARRETO; CECCARELLI, 2017) é mais um impasse rumo ao rompimento da estrutura social racista e mais um aparato de sustentação para a predileção da branquitude. A alegação de que, junto com a escravidão, a discriminação racial foi superada e, hoje, brancos, negros, amarelos, pardos e indígenas carregam os mesmos direitos e acessam igualmente as oportunidades cegam aqueles que não são afetados e invisibilizam a luta dos que sentem na pele a discrepância existente entre as raças.

Schucman (2012) aponta que na organização do racismo e da desigualdade racial, o branco toma como normalizada sua posição de favorecimento e privilégio (simbólico e material) que é possível a ele crer não haver o que possa ser feito ou mudado, uma vez que, naturalmente, eles são favorecidos, não se tratando de algo instituído. Esse pensamento fortalece a estrutura discriminatória no meio social e ainda permite que os brancos não se sintam responsáveis pelas injustiças raciais.

5 PROCESSO DE VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS

5.1 IMPACTOS NA FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DOS NEGROS

Biroli (2011) argumenta que os estereótipos não têm a capacidade de conduzir a forma como os grupos taxados se comportam no meio social, entretanto proporcionam a reprodução dos papéis e padrões entre as gerações através da internalização das imagens de inferioridade geradas, funcionando, assim, como reforçador das justificativas utilizadas pelos grupos que detêm o poder.

Essa influência se mantém pela normatização das identidades, tornando-as uniformes e impedindo a valorização das subjetividades. Para isso, baseia-se no prin-

cípio de que há valores compartilhados por uma grande parcela do grupo social que são tomados como universais e definem a norma e o desvio. Isso se aplica desde a atribuição de capacidades, até a negação delas, a dominação cultural (imperialismo cultural) e a maior vulnerabilidade à violência.

Elias e Scotson (1965) estabeleceram o termo “estabelecidos-outsiders” a partir do estudo empírico com os moradores de uma cidade, buscando compreender como os estabelecidos propagavam a crença de sua superioridade aos seus e aos outsiders e como faziam esses últimos crerem na sua inferioridade. Foi através dessas indagações que puderam perceber a aplicação dessa relação de poder em diferentes grupos sociais, justificando que o grupo que detém o poder se ocupa de cargos e posições sociais elevadas, trazendo coesão para seu grupo e excluindo os demais. Nesse sentido, se depararam com conceitos de estigma, maioria versus minoria e exclusão. Isso justificaria a perpetuação do *status quo*.

Os estigmas são atributos de descrédito e desqualificação, se originam nas crenças e atitudes preconceituosas de um grupo sobre o outro (TELLA, 2006). O grupo favorecido (maioria) se vale da dominação e superexposição na manutenção de sua posição. A dominação pode paralisar o grupo inferiorizado e atuar na manutenção desse desequilíbrio, pois pode afetar a autoimagem e autoestima. As minorias acabam por internalizar aquilo que o grupo dominante lhe sugere, admitindo essa perspectiva como real.

Com isso, entende-se que esse *status quo* é algo natural, fruto das relações que a natureza sugere, e o que pratica a estigmatização não pode ser responsabilizado ou culpado por fazê-lo. Por isso, a invisibilidade na mídia e a estigmatização de papéis pode ser vista como uma estratégia do grupo dominante: os brancos.

Os sentimentos de luta pela justiça racial, de querer provar suas capacidades e da empatia pelos que são moralmente e emocionalmente atingidos devem ser valorizados. Assim, percebe-se também que há influência direta da mídia na autoestima e autoidentificação da minoria representada, o que os motiva a lutar contra o *status quo*, pois, quando o desequilíbrio de poder diminui, preteridos passam a não aceitar a dominação dos favorecidos, o que possibilita perspectiva de mudança.

Acevedo e Nohara (2008), em seu estudo com 37 afrodescendentes sobre as representações, os sentimentos e as estratégias utilizadas para lidar com seus retratos expostos na mídia de massa, identificaram que há sentimentos conflitantes nos entrevistados sobre a pertença negra, pois eles afirmam ter características diferentes do grupo, como: pele mais branca, maior nível de instrução ou socioeconômico. Entende-se que isto serviria como barreira protetora, fuga da realidade étnica. Moura (1988) diz que esta é uma das formas que o negro encontra para lidar com o racismo, entretanto também podem estar relacionadas à negação da ancestralidade e da identidade étnica.

Sodré (1999) traz a perspectiva de que os negros podem assimilar inconscientemente a desvalorização que o meio racista os impõe e, assim, buscar identificação com o grupo dominante, ou seja, a branquitude. Sobre esta possibilidade, corre-se o risco de tornar o agente discriminado em reproduzidor do discurso discriminatório, ficando o negro a serviço da pátria racista.

Compreendendo que os estereótipos se originam em imagens internas que refletem no mundo externo (LIPPMANN, 2008), isso estaria relacionado à posição que é assumida no mundo e como é percebido. Então, não há como prever totalmente os impactos que os conteúdos midiáticos gerarão no público, devido às subjetividades que cada sujeito carrega consigo, de modo que ele interpreta o ambiente a partir de conhecimentos previamente estabelecidos. Além disso, as posições e imagens destoantes que estão sendo propagadas interferem nesse processo de formação de opinião, sabendo que mesmo a mídia de massa não segue um padrão homogêneo de posicionamento.

5.2 ARTE COMO RESISTÊNCIA

As artes de artistas negros surgem como resistência ao silenciamento dado a sua cultura, suas origens, suas religiões e crenças, seu vestuário, seu vocabulário e sua voz. Se torna um ato político trabalhar para ampliar o volume dessas vozes para que o alcance perpassa raças, idades, gêneros e gerações, fazendo a luta ser vista e, possivelmente, reconhecida. Outros jovens e crianças negras carecem de personagens e pessoas com as quais possam se identificar e inspirar, possam conhecer a história de superação e crescimento para crer que é possível ser mais apesar das limitações que são impostas.

Hoje, existem museus, galerias, exposições e feiras que são voltadas a expor e fazer conhecer as obras de arte de figuras brasileiras negras, pouco ou nada conhecidas a nível nacional. Grandes artistas tendo seu reconhecimento negado, não pela cor de sua pele, mas pelos olhares embebidos de preconceito daqueles que veem suas produções.

As próprias escolas de ensino básico e fundamental, quando se encarregam de promover conhecimento cultural sobre artistas brasileiros, aqueles que caem em vestibulares e concursos, apresentam grandes nomes como Tarsila do Amaral, Cândido Portinari, Oswald de Andrade e Mário de Andrade. Artistas brancos que marcaram a história da arte brasileira. A indagação que não permite calar: eles teriam a mesma visibilidade e apreciação se fossem afrodescendentes? Ou mesmo será que não há outros artistas negros que se equiparavam a eles ao mérito de estarem sendo ressaltados e valorizados nas instituições de ensino brasileiras?

Apesar de narrar resistências, reivindicações de artistas e intelectuais negros, como o Teatro Experimental do Negro de Abdias Nascimento, Rodrigues (2011), um homem branco, atribui responsabilidade à população negra pela subalternidade no mundo das artes:

Invocar apenas a falta de dinheiro não esclarece nada, pois muitos eventos sobre negros continuam a ter uma maioria de brancos na plateia, enquanto as rodas de samba e cerveja seguem repletas. Na realidade, parece existir ainda um profundo desinteresse do negro brasileiro por qualquer atividade intelectual reflexiva sobre si próprio

(sic). Contenta-se em “ser negro”, o que vem a ser mais um típico sintoma neocolonial do nosso subdesenvolvimento. Essas questões cruciais podem ser respondidas apenas pela própria comunidade, e isso só acontecerá quando ela tiver de si mesma uma visão menos idealizada e autocomplacente, sem cair na armadilha isolacionista do multiculturalismo e mantendo suas características sincréticas e antropofágicas. (RODRIGUES, 2011, p. 151).

A fala do autor elucida o que vem sendo discutido ao longo do texto sobre a busca pela isenção de responsabilização do branco para atribuição de culpa ao negro. É neste sentido que surge a estética Afro-diaspórica, como mecanismo de resistência que possibilita àqueles que estão em diáspora desenvolver a autonomia ao modo em que reclamam a pertença dos lugares e nações que se firmam (WERBNER; FUMANTI, 2013), adotando que, na realidade brasileira, a perda identitária que corrompe a ligação ao constructo de matriz africana alimenta os valores europeus, aqui ressaltada também a escravização.

6 CONCLUSÃO

Sendo uma leitura que visa causar inquietações, é preciso conceber que não há como gerar um padrão de intervenção para tais problemas que se apresentam em estruturas sociais tão diversificadas, assim como não é eficiente considerar que todo o grupo de afrodescendentes possui as mesmas necessidades de atenção.

A evidenciação da responsabilidade dos brancos nessa manutenção se torna imprescindível na tentativa do rompimento das estruturas discriminatórias contra o negro, uma vez que o racismo surge da branquitude. Necessário perceber como os brancos balizam e normalizam as desigualdades raciais quando não é possível negá-las, em contraponto os negros as reconhecem com grande facilidade, pois há sensibilidade e afetação emocional. Sabendo que o ser humano sente empatia pelo que conhece, recomendam-se leituras e estudos que abordem estratégias que auxiliem no processo de afetação emocional do branco para com as dores que o racismo gera em seus semelhantes.

Ultrapassar os estereótipos nas apresentações midiáticas se torna uma tarefa perigosa pelo risco que se corre da perda de posições de poder por parte daqueles que o detêm. Por isso, se valer das tipificações têm sido uma estratégia frequentemente utilizada pelos produtores de conteúdo midiático.

Travar resistência contra a forma estereotipada e racista pela qual se dá a organização da sociedade como hoje conhecemos é uma reivindicação política e social. A Estética afro-diaspórica se apresenta como uma estratégia artística do resistir, contrapondo as formas com as quais a mídia gera e mantém o apagamento da raça e sobrepõe a branquitude. Para além disso, indicam-se estudos de aprofundamento na temática a fim de produção de conteúdo científico e escrita de novos materiais, como o presente artigo.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Robenilson; CECCARELLI, Paulo Roberto; LOBO, Warlington Luz. O Negro e a Mídia: novas possibilidades de referências identificatórias nas redes sociais.

Conversas transversalizantes entre Psicologia Política, Social-Comunitária e Institucional com os campos da educação, saúde e direitos, v. 7, p. 709-718, 2017.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**.

Petrópolis: Vozes, 2002. p. 5-58.

BRASIL. Relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2014.

BRITO, Luciana da Cruz. O crime da miscigenação: a mistura de raças no Brasil escravista e a ameaça à pureza racial nos Estados Unidos pós-abolição. **Revista Brasileira de História**, v. 36, n. 72, p. 107-130, 2016.

DOS SANTOS, Elisabete Figueroa; DIOGO, Maria Fernanda; SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o não lugar e o protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 17, n. 1, p. 17-32, 2014.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Editora Unesp, 1997 [1991].

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução V. Ribeiro,. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

HALL, Stuart. The Spectacle of the 'Other'. In: Stuart Hall (Ed.) **Representations. Cultural Representations and Signifying Practices**. London: Sage and The Open University, 1997. p. 223-279.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes.2008.

MOURA, Clóvis. Ideologia de branqueamento das elites brasileiras e os dilemas da negritude. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983. p. 40-46 (Os dilemas da negritude).

SANTOS, D. J. S. *et al.* Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. **Dental Press J. Orthod.**, Maringá, v. 15, n. 3, p. 121-124, jun. 2010.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2012.

TELLA, M. A. P. Reação ao estigma: o RAP em São Paulo. **Revista Enfoques**, São Paulo, p. 24-45, 2006.

WERBNER, P.; FUMANTI, M. The Aesthetics of Diaspora: Ownership and Appropriation. **Ethnos: Journal of Anthropology**, 2012.

Data do recebimento: 5 de novembro de 2021

Data da avaliação: 10 de dezembro de 2021

Data de aceite: 10 de dezembro de 2021

1 Acadêmica do curso de Psicologia pelo Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL
E-mail: anna.alleska@souunit.com.br

2 Doutoranda no Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL E-mail: thalita.carla@souunit.com.br